

Lei nº 562/2006 ,

De 30 de novembro de 2006.

“Estima a Receita e fixa a despesa do Município para o exercício de 2007 e dá outras providências.”

A Câmara Municipal de Araguapaz, Estado de Goiás, nos termos do Art. 22, da Lei 4.320/64 de 17/03/64 e dos parágrafos 5º, 6º, 7º e 8º do Art. 165 (C.F.), do Art. 110, parágrafos 5º, 6º, 7º e 8º da Constituição Estadual e Art. 5º da Lei complementar nº 101 de 04/05/2000, aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - O Orçamento do Município de Araguapaz, Estado de Goiás, para a vigência de 2007 tem a Receita estimada em R\$ 9.130.000,00 (Nove milhões, cento e trinta mil reais) e a despesa em igual quantia.

Art. 2º - A Receita será realizada mediante a arrecadação de Tributos, Rendas , Transferências e outras receitas correntes e de capital em conformidade com a Legislação vigente e de acordo com o seguinte desdobramento.

RECEITA SEGUNDO AS FONTES DE RECURSO:

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL

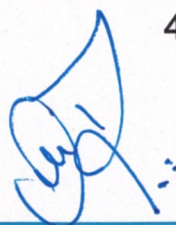
RECEITAS CORRENTES	7.948.900,00
Receita Tributaria	766.000,00
Receita de Contribuições	210.000,00
Receita Patrimonial	50.000,00
Receita de Serviços	23.000,00
Transferências Correntes	6.626.150,00
Outras Receitas Correntes	273.750,00
- Deduções da Receita para o FUNDEF	- 663.900,00

20 – AGRICULTURA	44.300,00
22 – INDUSTRIA	9.400,00
26 - TRANSPORTES	583.500,00
27 – DESPORTO E LAZER	75.400,00
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	301.700,00
99 – RESERVA DE COTIGENCIA	15.000,00
TOTAL.....	R\$ 9.130.000,00

Art. 4º - O Poder Executivo no interesse da Administração, poderá abrir créditos suplementares até o limite de 40% (quarenta por cento) do total da despesa fixada nesta Lei, observando os Arts. 8º, 9º e 13º da Lei Complementar nº 101/2000, mediante os recursos definidos no Art. 43, Parágrafos 1º 2º e 3º da Lei 4.320/64 e da Reserva de contingência conforme estabelecido no Art. 5º, Inciso III , alínea “b” da citada Lei complementar nº 101/2000.

Art. 5º - Se houver inflação a Prefeito Municipal poderá corrigir os valores das dotações com a utilização dos índices fixados pelo Governo Federal tomando como base a inflação de Maio a Novembro de 2006 conforme consta na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 6º - O Poder Executivo poderá fazer a transposição de uma dotação para outra, para pagamentos de pessoal, sempre que houver a movimentação ou transferência de servidores de um órgão para outro, na forma do Parágrafo Único do Art. 66 da Lei 4.320/64.




Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrario.

20 – AGRICULTURA	44.300,00
22 – INDUSTRIA	9.400,00
26 - TRANSPORTES	583.500,00
27 – DESPORTO E LAZER	75.400,00
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	301.700,00
99 – RESERVA DE COTIGENCIA	15.000,00
TOTAL.....	R\$ 9.130.000,00

Art. 4º - O Poder Executivo no interesse da Administração, poderá abrir créditos suplementares até o limite de 40% (quarenta por cento) do total da despesa fixada nesta Lei, observando os Arts. 8º, 9º e 13º da Lei Complementar nº 101/2000, mediante os recursos definidos no Art. 43, Parágrafos 1º 2º e 3º da Lei 4.320/64 e da Reserva de contingência conforme estabelecido no Art. 5º, Inciso III , alínea “b” da citada Lei complementar nº 101/2000.

Art. 5º - Se houver inflação a Prefeito Municipal poderá corrigir os valores das dotações com a utilização dos índices fixados pelo Governo Federal tomando como base a inflação de Maio a Novembro de 2006 conforme consta na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 6º - O Poder Executivo poderá fazer a transposição de uma dotação para outra, para pagamentos de pessoal, sempre que houver a movimentação ou transferência de servidores de um órgão para outro, na forma do Parágrafo Único do Art. 66 da Lei 4.320/64.



Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrario.

<u>RECEITAS DE CAPITAL</u>	1.800.000,00
Operações de Crédito	38.000,00
Alienação de Bens	12.000,00
Transferências de Capital	1.750.000,00

ÓRGÃO: FUNDEF

<u>RECEITAS CORRENTES</u>	5.000,00
Receita Patrimonial	5.000,00

ÓRGÃO: F.M.S.

<u>RECEITAS CORRENTES</u>	10.000,00
Receita Patrimonial	10.000,00

<u>TOTAL GERAL</u>	9.130.000,00
---------------------------	---------------------

Art. 3º - A despesa será realizada segundo as discriminações contidas no Anexo QDD, que representa a sua composição de acordo com o seguinte desdobramento:

01 - DESPESAS POR ÓRGÃOS DE GOVERNO

01 – PODER LEGISLATIVO	R\$ 458.500,00
03 – PODER EXECUTIVO	R\$ 6.259.500,00
04 – F U N D E F	R\$ 900.000,00
05 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	R\$ 1.497.000,00
99 – RESERVA DE COTIGENCIA	R\$ 15.000,00
TOTAL	R\$ 9.130.000,00

02 - DESPESA POR PODER

01 – PODER LEGISLATIVO	R\$ 458.500,00
03 – PODER EXECUTIVO	R\$ 8.671.500,00
TOTAL	R\$ 9.130.000,00



03 - DESPESA POR UNIDADE ADMINISTRATIVA

01 – PODER LEGISLATIVO

01.01 – Câmara Municipal	458.500,00
--------------------------	------------

03 – PODER EXECUTIVO

03.01 – Gabinete da Prefeito	333.200,00
03.02 – Secretaria de Administração	209.500,00
03.03 – Secretaria de Finanças	334.600,00
03.04 – Secretaria de Promoção Social	1.041.700,00
03.05 – Secretaria de Saúde	594.300,00
03.06 – Secretaria de Educação	1.349.500,00
03.08 – Secretaria de Cultura	17.000,00
03.10 – Sécet. de obras e Serviços Urbanos	1.606.100,00
03.11 – Secretaria de Meio Ambiente	61.000,00
03.12 – Secretaria de Agricultura	53.700,00
03.14 – Secretaria Municipal de Transportes	583.500,00
03.15 – Secretaria de Desporto e Lazer	75.400,00
03.99 – Reserva de Contingência	15.000,00
04.01 – Fundo Mun. de Educação - FUNDEF	900.000,00
05.16 – Fundo Municipal de Saúde - FMS	1.497.000,00

Total Geral R\$ 9.130.000,00

04 - DESPESA POR FUNÇÃO

01 - LEGISLATIVA	458.500,00
04 - ADMINISTRAÇÃO	837.300,00
08 - ASSISTENCIA SOCIAL	780.000,00
10 – SAÚDE	1.726.000,00
12 – EDUCAÇÃO	2.249.500,00
13 – CULTURA	17.000,00
15 – URBANISMO	1.606.100,00
17 - SANEAMENTO	365.300,00
18 - GESTÃO AMBIENTAL	61.000,00

email: macfufu@hotmail.com - prefeitura.araguapaz@ig.com.br

Av. Goiás Nº 415 Centro Fone: (62) 3380-1355 - Cep: 76.720-000 - Araguapaz - Goiás

Art. 8º - A presente Lei entrará em vigor a partir de 01 de janeiro de 2007.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguapaz, aos 30 de novembro de 2006.



JOSE SEGUNDO RESENDE JUNIOR
Prefeito Municipal

ESTADO DE GOIÁS
CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUAPAZ

Autografo de Lei nº 562/2006 ,

De 30 de Novembro de 2006.

“Estima a Receita e fixa a despesa do Município para o exercício de 2007 e dá outras providencias.”

A Câmara Municipal de Araguapaz, Estado de Goiás, nos termos do Art. 22, da Lei 4.320/64 de 17/03/64 e dos parágrafos 5º, 6º, 7º e 8º do Art; 165 (C.F.), do Art. 110, parágrafos 5º, 6º, 7º e 8º da Constituição Estadual e Art. 5º da Lei complementar nº 101 de 04/05/2000, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - O Orçamento do Município de Araguapaz, Estado de Goiás, para a vigência de 2007 tem a Receita estimada em R\$ 9.130.000,00 (Nove milhões, cento e trinta mil reais) e a despesa em igual quantia.

Art. 2º - A Receita será realizada mediante a arrecadação de Tributos, Rendas , Transferências e outras receitas correntes e de capital em conformidade com a Legislação vigente e de acordo com o seguinte desdobramento.

RECEITA SEGUNDO AS FONTES DE RECURSO:

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL

<u>RECEITAS CORRENTES</u>	7.948.900,00
Receita Tributaria	766.000,00
Receita de Contribuições	210.000,00
Receita Patrimonial	50.000,00
Receita de Serviços	23.000,00
Transferências Correntes	6.626.150,00
Outras Receitas Correntes	273.750,00
- Deduções da Receita para o FUNDEF	- 663.900,00
<u>RECEITAS DE CAPITAL</u>	1.800.000,00
Operações de Credito	38.000,00
Alienação de Bens	12.000,00
Transferências de Capital	1.750.000,00

ESTADO DE GOIÁS
CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUAPAZ

ÓRGÃO: FUNDEF

<u>RECEITAS CORRENTES</u>	5.000,00
Receita Patrimonial	5.000,00

ÓRGÃO: F.M.S.

<u>RECEITAS CORRENTES</u>	10.000,00
Receita Patrimonial	10.000,00

<u>TOTAL GERAL</u>	9.130.000,00
---------------------------	---------------------

Art. 3º - A despesa será realizada segundo as descrições contidas no Anexo QDD, que representa a sua composição de acordo com o seguinte desdobramento:

01 - DESPESAS POR ÓRGÃOS DE GOVERNO

01 – PODER LEGISLATIVO	R\$ 458.500,00
03 – PODER EXECUTIVO	R\$ 6.259.500,00
04 – F U N D E F	R\$ 900.000,00
05 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	R\$ 1.497.000,00
99 – RESERVA DE COTIGENCIA	R\$ 15.000,00
TOTAL	R\$ 9.130.000,00

02 - DESPESA POR PODER

01 – PODER LEGISLATIVO	R\$ 458.500,00
03 – PODER EXECUTIVO	R\$ 8.671.500,00
TOTAL	R\$ 9.130.000,00

03 - DESPESA POR UNIDADE ADMINISTRATIVA

01 – PODER LEGISLATIVO

01.01 – Câmara Municipal	458.500,00
--------------------------	------------

03 – PODER EXECUTIVO

03.01 – Gabinete da Prefeito	333.200,00
------------------------------	------------

ESTADO DE GOIÁS
CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUAPAZ

03.02 – Secretaria de Administração	209.500,00
03.03 – Secretaria de Finanças	334.600,00
03.04 – Secretaria de Promoção Social	1.041.700,00
03.05 – Secretaria de Saúde	594.300,00
03.06 – Secretaria de Educação	1.349.500,00
03.08 – Secretaria de Cultura	17.000,00
03.10 – Sécet. de obras e Serviços Urbanos	1.606.100,00
03.11 – Secretaria de Meio Ambiente	61.000,00
03.12 – Secretaria de Agricultura	53.700,00
03.14 – Secretaria .Municipal de Transportes	583.500,00
03.15 – Secretaria de Desporto e Lazer	75.400,00
03.99 – Reserva de Contingência	15.000,00
04.01 – Fundo Mun. de Educação - FUNDEF	900.000,00
05.16 – Fundo Municipal de Saúde - FMS	1.497.000,00
Total Geral R\$ 9.130.000,00	

04 - DESPESA POR FUNÇÃO

01 - LEGISLATIVA	458.500,00
04 - ADMINISTRAÇÃO	837.300,00
08 - ASSISTENCIA SOCIAL	780.000,00
10 – SAÚDE	1.726.000,00
12 – EDUCAÇÃO	2.249.500,00
13 – CULTURA	17.000,00
15 – URBANISMO	1.606.100,00
17 - SANEAMENTO	365.300,00
18 - GESTÃO AMBIENTAL	61.000,00
20 – AGRICULTURA	44.300,00
22 – INDUSTRIA	9.400,00
26 - TRANSPORTES	583.500,00
27 – DESPORTO E LAZER	75.400,00
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	301.700,00
99 – RESERVA DE COTIGENCIA	15.000,00
TOTAL.....	R\$ 9.130.000,00

Art. 4º - O Poder Executivo no interesse da Administração, poderá abrir créditos suplementares até o limite de

ESTADO DE GOIÁS
CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUAPAZ

40% (quarenta por cento) do total da despesa fixada nesta Lei, observando os Arts. 8º, 9º e 13º da Lei Complementar nº 101/2000, mediante os recursos definidos no Art. 43, Parágrafos 1º 2º e 3º da Lei 4.320/64 e da Reserva de contingência conforme estabelecido no Art. 5º, Inciso III , alínea "b" da citada Lei complementar nº 101/2000.

Art. 5º - Se houver inflação a Prefeito Municipal poderá corrigir os valores das dotações com a utilização dos índices fixados pelo Governo Federal tomando como base a inflação de Maio a Novembro de 2006 conforme consta na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

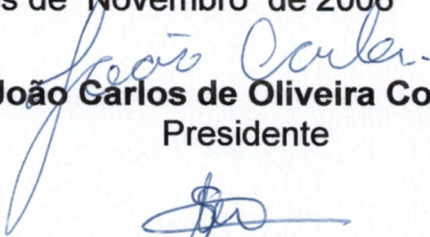
Art. 6º - O Poder Executivo poderá fazer a transposição de uma dotação para outra, para pagamentos de pessoal, sempre que houver a movimentação ou transferência de servidores de um órgão para outro, na forma do Parágrafo Único do Art. 66 da Lei 4.320/64.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrario.

Art. 8º - A presente Lei entrará em vigor a partir de 01 de Janeiro de 2007.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Araguapaz-Go ,

aos 13 dias do mês de Novembro de 2006


João Carlos de Oliveira Coelho
Presidente


Squacio de Souza Leite
1º Secretário

Weder Amaral Candido
2º Secretário